

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADA
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO**

WANDER BORGES DOS SANTOS

A INCORPORAÇÃO DO PRONAF À AGRICULTURA FAMILIAR

**CURITIBA
2006**

RESUMO

A revisão bibliográfica apresentada é uma síntese de diversos autores, os quais proporcionam uma introdução à agricultura de precisão, através de conceitos básicos e vantagens que o sistema oferece, demonstrando que não é somente uma colhedora automatizada com um sistema de posicionamento global. A agricultura de precisão pode ser considerada como um amplo conceito, englobando tecnologias e novos conhecimentos de informática, eletrônica, geoprocessamento entre outros. Este conceito incorpora um grande número de conhecimentos científicos novos e alta tecnologia, apresentando ao produtor novos termos, conceitos, equipamentos e tecnologias. No que tange ao aparato político institucional de apoio e controle das novas atividades no meio rural, no Brasil ainda há uma ausência estatal quase generalizada, nos vários níveis de governo: nacional, regional e municipal. As ações sobre as atividades não-agrícolas quando acontecem tem um forte conteúdo urbano, muitas vezes concebido para indústrias de grandes cidades. Por outro lado, o Brasil conta com um programa de apoio à Agricultura Familiar, o PRONAF, que representa um marco histórico nas políticas agrícolas de apoio à agricultura familiar. Embora o PRONAF represente um avanço importante, tem forte viés agrícola, e muitas vezes chega até proibir a pluriatividade na família rural para tomada de crédito.

Palavras-chave: agricultura familiar, PRONAF, pluriatividade

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objeto a agricultura familiar e a incorporação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) como fonte propulsora na ampliação de renda e trabalho.

A discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando, nestes últimos tempos, legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais freqüência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos que se ocupam da agricultura e do mundo rural. Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a emergência da expressão agricultura familiar emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990.

A afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o PRONAF. Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passaram a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional, entre outros).

Ao se analisar as formas de gestão existentes dentro do universo da agricultura familiar verifica-se a presença de algumas questões a serem destacadas, questões estas que influenciam diretamente na maneira como as propriedades são administradas. Entre elas está a diferença existente entre a agricultura familiar tradicional e a empresa familiar e a ideologia existente que visa a homogeneização do setor. Devido esta ideologia, esta diferença nem sempre é considerada dentro dos estudos que tratam da administração destas propriedades.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo levantar alguns pontos considerados relevantes para que se inicie o debate sobre este tema. Para tanto, serão apresentados a seguir quatro tópicos, conforme abaixo:

- 1 - O conceito de agricultura familiar
- 2 - A agricultura familiar X empresa familiar e a administração da propriedade familiar
- 3 - O PRONAF
- 4 - Conclusões

2. AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Na opinião de NEVES (1997, p. 27)

a agricultura familiar tem que ser fortalecida porque ela tem a capacidade de absorver mão-de-obra e gerar renda. Além disso, o setor é responsável por 67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja. A agricultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura.

Por isso, a agricultura familiar é um meio eficiente de reduzir a migração do campo para a cidade.

Os esforços estão direcionados para:

- Atuar em função de demandas estabelecidas pelos agricultores familiares e suas organizações;
- Estabelecer compromissos negociados, como forma de obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- Viabilizar a produção, a industrialização e a comercialização de produtos gerados na agricultura familiar, mediante o acesso ao crédito, pesquisas, novas tecnologias, assistência técnica e extensão rural, profissionalização, dentre outros fatores;
- Possibilitar a implantação, ampliação, modernização e racionalização da infraestrutura produtiva e social no meio rural;
- Agilizar os processos de trabalho, para que os benefícios do Programa sejam rapidamente apropriados pelos agricultores familiares e suas organizações;
- Buscar a participação dos agricultores familiares e suas organizações em colegiados, assegurando-lhes o protagonismo nas iniciativas do Programa;
- Promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas;
- Estimular e potencializar experiências de desenvolvimento nas ações de educação, formação, pesquisa, produção, entre outras, que estão sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações;
- Garantir aos agricultores familiares a conquista da cidadania. (NEVES, 1997, p. 30-32).

Muitos são os conceitos existentes de agricultura familiar e esta variedade é devida a alguns fatores, sendo um deles a heterogeneidade do setor. Esta heterogeneidade se caracteriza pelas diferentes formas de organização e utilização dos meios de produção - terra, capital e trabalho. O resultado desta característica é a dificuldade em se elaborar uma única definição que abranja todos os diferentes tipos de unidades de produção familiar existentes no Brasil.

A agricultura familiar caracteriza uma forma de organização da produção em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas à exploração não são vistos unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas considera também as necessidades e objetivos da família. Ao contrário do modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

Este conceito apresenta um dado que merece ser destacado. Trata-se da visão que a propriedade familiar tem com relação ao resultado da produção. O objetivo final da produção familiar não é a taxa lucro, como ocorre nas empresas agrícolas - incluindo-se entre estas as empresas agrícolas familiares. Em primeiro lugar busca-se o atendimento dos anseios e necessidades da família. Isto influencia diretamente nas decisões de investimentos quanto ao que deve ser produzido, de qual forma e em que quantidade deve-se produzir, e aqui está uma informação fundamental que diferencia a propriedade familiar da empresa familiar. Devido à esta característica verifica-se a existência de diferentes maneiras de se administrar os diversos tipos de propriedades familiares. Antes, porém, de se tratar o contexto que envolve a gestão da propriedade familiar, a próxima etapa trará a questão das diferenças existentes entre duas formas de produção familiar: tradicional e a empresarial.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR X EMPRESA FAMILIAR

Durante toda sua história o agricultor familiar sofreu imposições ideológicas. Com o advento da modernização da agricultura, ocorrida nas últimas décadas, outras tantas idéias são colocadas, ou reafirmadas, para estes produtores. Uma delas, talvez a mais antiga de todas em termos de

Brasil, é a mistificação de que a grande propriedade seria o lugar ideal para o progresso da agricultura. Esta ideologia tem sido criticada por vários estudiosos, apesar de outros tantos ainda continuarem a afirmar que o futuro da pequena produção – que normalmente é familiar, porém, não em sua totalidade - está com os dias contados.

ALVES (1992, p. 31) é um exemplo deste ponto de vista, ele afirma que: "A agricultura familiar não é necessariamente pequena. Ela subsiste e pode competir com a média e grande agricultura devido à proteção do governo". Já VEIGA (1995), OLIVEIRA (1997) e BINSWANGER et al. (1997), entre outros, demonstram a fragilidade destas afirmações, e o cunho ideológico das mesmas.

Outra ideologia, que parece não receber tantas críticas quanto a primeira – salvo honrosas exceções - é a que afirma que o produtor familiar deve se transformar em empresário familiar, abandonando seu conhecimento tradicional, passando a fazer uso das novas formas Ideologia entendida conforme definição encontrada em CHAUI (1990, p.113):

[...] a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado.

ALENTEJANO (1997, p. 26) coloca de forma clara esta questão:

Um aspecto que não pode ser negligenciado ao analisar-se o impacto da modernização sobre a agricultura familiar é o ideológico. A modernização não é imposta apenas pelo mercado, mas também pelos meios de comunicação, pela ação do extensionismo rural, da propaganda, etc. Esta imposição ideológica da modernização passa pelo convencimento do agricultor no que diz respeito à superioridade das formas modernas de produzir frente às tradicionais, dominadas pelo campesinato, e seu impacto é expressivo, pois além de reforçar a expropriação econômica, representa uma forma de expropriação do saber, pois torna os camponeses dependentes, uma vez que não mais dominam as técnicas e os processos produtivos.

Em ALENCAR & MOURA FILHO (1997, p.25) encontra-se um posicionamento que também demonstra preocupação com relação a esta homogeneização, observada no estudo da Administração Rural:

Estudos mais convencionais no campo da administração têm empregado a expressão 'empresa agrícola' para designar diferentes tipos de unidades de produção. O uso genérico deste termo pode levar à aceitação simplista da visão, com claro conteúdo ideológico, de que os produtores rurais constituem uma categoria social homogênea e, por conseguinte, orientam sua produção dentro dos mesmos padrões de racionalidade empresarial, bem como possuem problemas semelhantes, objetivos comuns e oportunidades aproximadamente idênticas de acesso a recursos e benefícios oriundos do complexo institucional.

O conhecimento herdado dos antepassados, somado ao adquirido pelos produtores familiares durante sua existência, é importante para os mesmos e para as próximas gerações.

A forma de utilização da terra, a diversificação das culturas e das técnicas de produção - chamada pelos estudiosos franceses da produção camponesa tradicional de sistema de 'policultura-pecuária' - é, conforme WANDERLEY (1996, p. 2): "[...] uma sábia combinação entre diferentes técnicas." Ou ainda "[...] a forma [...] mais elaborada, a mais produtiva da economia agrícola após a revolução forrageira do século XVIII e que continuou a se desenvolver e a se aperfeiçoar até uma época muito recente [...]". E que tem como objetivo a eliminação dos riscos que poderiam impedir o suprimento da subsistência da família e da manutenção das gerações futuras.

Riscos que podem ser provenientes tanto de intempéries, que geram desigualdades nas colheitas, como do ambiente sócio-econômico em que estão inseridos.

Uma demonstração clara da manipulação, pela ideologia vigente, dos termos tradicional e moderno é encontrada em NEVES (1998, p. 17-18):

Através destes termos, o que constitui produto de uma história especial que condena produtores ao isoladamente, ao mercado regional, ao lucro negativo ou mínimo concedido pelo intermediário da comercialização, ao abandono de auxílio por parte dos órgãos do Estado, passa a ser visto como produto natural do comportamento. E o que se institui por consequência de formas de utilização dos recursos possíveis - a moralidade inerente aos laços familiares, a solidariedade do parentesco e da vizinhança, a intensificação do uso do trabalho familiar, a dignidade da pobreza autônoma possível pelo auto-consumo, a utilização dos avanços ocorridos nas formas de produção e de gestão das propriedades. O que se questiona é a sujeição dos agricultores familiares à transferência total para o novo modelo, numa transformação do termo 'tradicional' em um termo pejorativo.

Partindo do pressuposto de que os extremos podem ser prejudiciais, cabe aqui a afirmação de que seria mais produtivo para o agricultor familiar somar à sua forma de produzir, alguns conhecimentos novos que lhe poderiam ser úteis. Não se esquecendo porém, dos aspectos apresentados acima por ALENCAR & MOURA FILHO, no que tange às diferentes realidades que impedem a padronização, e destacam ainda mais o fato de que não se pode impingir, indistintamente, uma racionalidade empresarial aos produtores familiares dado os diferentes níveis de capitalização, aos seus diferentes problemas e, principalmente, oportunidades. Além da fundamental constatação de que a empresa familiar busca atender a lógica do capital, enquanto a propriedade familiar visa o trabalho-consumo.

A continuidade da imposição desta ideologia poderá gerar, àqueles produtores que fracassam, por não conseguirem atingir o patamar idealizado de empresários familiares, a falsa impressão de que isto se deu devido às suas inaptidões. Esta falsa impressão – realidade na grande maioria dos casos - camufla a dominação ideológica por parte das elites, principalmente daqueles que deveriam ser os formuladores de opções para o fortalecimento desta forma de produção.

Neste contexto, é de grande valia apresentar as palavras de NEVES (1998, p. 18) que expressam, de forma pontual, a realidade brasileira:

Assim, em nome da morte da tradição, fundada no abandono, e da consagração do progresso, fundada na concentração dos fatores de produção e na sua mágica possibilidade de oferecer emprego a homens de papel, cidadãos foram condenados à mudança a partir da ampliação da marginalização e do empobrecimento. Tornaram-se então herdeiros da melancolia, de um empobrecimento irreversível, da desclassificação social e da desautorização do cumprimento de papéis que lhes conferiam a honra e a dignidade do pai provedor e acolhedor das novas gerações.

Após esta exposição será realizada, na tópico seguinte, uma apresentação do contexto que envolve a administração da propriedade familiar.

2.3 ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE FAMILIAR

A definição de administração aqui utilizada é a de SOUZA et al. (1995, p. 15) que diz: "A administração é uma ciência. E também uma arte. Ciência porque possui um referencial teórico próprio, possível de ser tratado pelo

método científico. E arte porque inclui, na resolução dos problemas que surgem na condução das organizações, habilidade, sensibilidade e intuição." negação ao endividamento pelo uso complementar ou hegemônico da venda da força de trabalho -, passa a ser o instaurador de uma prática desvalorizada e condenada ao desaparecimento. A vítima passa a ser o seu algoz, o pobre explicando a pobreza, o submisso justificando a submissão." "[...] para Chayanov, (apud CAUME, 1997, p. 18) o trabalho do camponês tem como fim a satisfação de suas necessidades, isto é, a subsistência definida culturalmente: lograda a satisfação das necessidades de consumo familiar, que é a meta da unidade agrícola camponesa, produz-se o desejado equilíbrio entre trabalho e consumo."

Administrar não é uma prática nova e existe "[...] desde que existem as primeiras organizações. Dentro das comunidades humanas primitivas, formavam-se freqüentemente grupos que se pode entender como embriões das empresas que nos são contemporâneas." (MAXIMIANO 1990, p. 66)

Também esta prática não está restrita às empresas, mas é "[...] necessária em todos os tipos de atividade organizada e em todos os tipos de organização. De fato, a administração é necessária onde quer que as pessoas trabalhem em conjunto e procurem alcançar uma meta comum. [...] A administração é necessária às atividades produtoras de bens e serviços, em empreendimentos privados e públicos, e em grandes e pequenos grupos." (MEGGINSON et al. 1996, p. 5-6)

Foi Henry Fayol (apud MEGGINSON et al. 1996, p. 12), um engenheiro e industrial francês que, no começo deste século, quem primeiro manifestou interesse na construção de uma teoria de administração, pois enxergava a necessidade de que se realizasse o agrupamentos de todos "[...] os princípios, papéis, métodos e procedimentos que fossem experimentados e verificados pela experiência geral." Foi também Fayol quem expôs os quatorze princípios que considerava como a síntese da arte de administrar.

Nesta mesma época, o engenheiro americano Frederick Taylor, observando a falta de eficiência na indústria em seu país, deu início à administração científica. Taylor sugeriu uma mudança nas formas existentes de administrar, mudanças estas baseadas em novas técnicas e métodos de produzir, deixando-se de lado os métodos até então utilizados, que giravam em

torno da tentativa-e-erro. Além de Fayol e Taylor, outros tantos estudiosos influenciaram e influenciam a administração até os dias atuais.

Atualmente existem vários métodos de administração, como a administração por exceção, por objetivos, entre outros. Existem também diferentes níveis de administração como: nível institucional ou estratégico; nível intermediário ou gerencial e o nível operacional. Assim como existem áreas básicas que são: produção; marketing; pessoal ou recursos humanos e finanças. Envolvendo todos estes itens estão as quatro funções básicas da administração: planejamento, organização, direção e controle.

Segundo MEGGINSON et al. (1996, p. 6): "[...] as funções de administração são as mesmas em todos os lugares, em todas as organizações, e em qualquer ocasião."

O trabalho com estas quatro funções é o que se chama de gestão, administração ou gerenciamento.

No meio rural todas as formas de produção - como a propriedade familiar, a empresa familiar ou a empresa capitalista - estão sujeitas à vários fatores que têm grande influência no resultado que esta gestão alcançará. "Ao organizar seus sistemas de produção os agricultores estão manejando processos e ciclos biológicos que, diferentemente dos procedimentos de fabricação mecânica, não podem ser controladas totalmente." (CARRIERI & AGUIAR, 1999, p. 325)

SOUZA et al. (1995, p. 25-29) definem alguns dos aspectos que são próprios da agricultura e que afetam seu desempenho:[...] terra como fator de produção; [...] o tempo de produção maior que o tempo de trabalho; [...] irreversibilidade do ciclo produtivo; [...] ciclo de produção dependente de condições biológicas; [...] dependência do clima; perecibilidade dos produtos; riscos; estacionalidade da produção; trabalho disperso; trabalho ao ar livre; não uniformidade de produção; especificidade biotecnológica; e alto custo de saída e/ou entrada no negócio agrícola.

As diferentes maneiras de se lidar com estes fatores - ou variáveis - alcançando-se melhores ou piores resultados determinam a capacidade gerencial - ou capacidade de gerenciamento, de gestão ou ainda de administração - da propriedade rural. Esta capacidade pode deter maior ou menor grau de eficiência e eficácia.

Trazendo à tona novamente a questão da diferença existente entre o produtor familiar e a empresa familiar, verifica-se que "As diferenças entre processos de gestão de unidades de produção familiares e empresas capitalistas são fundamentais." (CARRIERI & AGUIAR, 1999 , p. 304).

Em CARMO (1998, p. 10) encontra-se uma explicação para esta peculiaridade:

Todo agricultor tem um conjunto de práticas técnicas, econômicas e sociais coerentes com a finalidade dada ao seu sistema de exploração. Compatibiliza os objetivos familiares com o meio ambiente, interagindo elementos e subsistemas muito além da constatação elementar da sua estrutura produtiva e das recomendações técnicas. É por isso que os agricultores familiares têm razão de fazer o que fazem. Eles têm razões que permitem explicar porque atuam de maneiras diferentes entre si e em relação aos empresários capitalistas.

Eficiência entendida como utilização racional dos recursos e eficácia entendida como a realização do que for preciso para se atingir os objetivos. Ter eficiência e eficácia, portanto, é "[...] fazer a coisa certa de forma certa." (SANDRONI, 1996, p. 149)

Devido as características diferentes e maneiras diversas de administrar ou gerir cada propriedade, os graus de capacidade de gerenciamento encontrados também são diversos. Isto se dá tanto entre as empresas rurais familiares como entre as propriedades familiares. E o conhecimento desta capacidade é de grande importância para que se possa direcionar a administração dos estabelecimentos para um aproveitamento mais racional de seus recursos.

Além de terem seus potenciais voltados para a busca da obtenção de melhores resultados, que beneficiarão a todos.

2.3.1 Agricultura Familiar: limites do conceito e evolução do crédito

A agricultura familiar representa um elemento relevante das políticas setoriais brasileiras que pressupõem tratamento diferenciado, tanto em termos de taxas de juros quanto de instrumentos, em relação à agricultura de escala (também denominada patronal). Não apenas existem dois ministérios definidos em função dessa distinção de público – o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a agricultura de escala e o Ministério de Desenvolvimento Agrário para a agricultura familiar -, como são organizados dois planos de

safras

diferenciados.

A distinção entre as duas agriculturas não está formalmente associada a determinadas lavouras ou criações, mas a indicadores determinantes da escala dos empreendimentos. Tanto assim que em ambos os planos de safra podem ser contemplados *commodities*.

Entretanto, na literatura sobre a agricultura brasileira, o conceito de agricultura familiar perde seu conteúdo de universalidade por conta da utilização de inúmeras composições de variáveis. Exemplo disso pode ser encontrado no debate recente em torno da importância da agricultura familiar no Brasil: estudo da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica sob encomenda do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mostra que não apenas a agricultura familiar representa um terço do produto interno bruto (PIB) da agricultura como sua participação no PIB do Brasil cresce de 8,8% em 2001 para 10,1% em 2003; e b) pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, patrocinada pela Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA-Brasil), mostra que 76,4% do valor bruto da produção agropecuária nacional se enquadra como agricultura de escala.

Por certo, trata-se de definições distintas do que seria agricultura familiar, por serem baseadas, uma, nas instruções legais e normativas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, outra, num conceito de agricultura familiar definido a partir de estabelecimentos rurais cuja direção dos trabalhos é exercida pelo produtor e onde o trabalho familiar supera o trabalho contratado.

Sem entrar no mérito do conteúdo e da qualidade dos respectivos estudos, o que se quer mostrar refere-se à imensa dificuldade de fixar um padrão de universalidade para definição de agricultura familiar, que permita uniformidade de critérios para todo território brasileiro. Tanto assim que medidas têm sido tomadas para flexibilizar o conceito de agricultura familiar inserido no PRONAF, conferindo-lhe maior abrangência, é o que será apresentado a seguir.

3 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O PRONAF é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações.

O objetivo do programa é construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida.

O PRONAF adotou a gestão social como base de suas ações. Ao municipalizar a sua atuação, os agricultores e suas famílias tornam-se os verdadeiros atores do programa, gerando as demandas e as soluções necessárias à realização de seus objetivos. Promove negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, o financiamento de infra-estrutura e serviços públicos nos municípios, o financiamento da produção da agricultura familiar (por meio do crédito rural), e a profissionalização dos agricultores familiares.

Agricultores de qualquer município do País podem ser beneficiados pelo PRONAF, por meio do financiamento de sua produção e de programas de profissionalização. No caso do PRONAF infra-estrutura e serviços, serão beneficiados os municípios que forem selecionados, a cada ano, de acordo com critérios técnicos estabelecidos pelo Conselho Nacional e que tiverem o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Os integrantes do PRONAF são:

- Município: a Prefeitura, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, os agricultores familiares, as organizações de agricultores familiares, e outros órgãos e entidades municipais, públicas ou privadas.
- Estado: o Governo Estadual, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, a Secretaria Executiva Estadual do PRONAF, as Superintendências Regionais do Incra, e outros órgãos e entidades estaduais públicas ou privadas.

- União: o Governo Federal, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, a Secretaria da Agricultura Familiar, e outros órgãos e entidades públicas ou privadas.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é formado por representações/instituições de agricultores familiares, e por instituições que atuam no município. Pelo menos 50% de seus membros devem ser agricultores familiares. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural tem por finalidade analisar e aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, sugerir mudanças nas políticas municipais, estaduais e federais, promover articulações para implementação do plano e auxiliar no acompanhamento e fiscalização da boa aplicação dos recursos públicos. O Conselho é um fórum permanente de debate dos interesses dos agricultores familiares.

Por sua vez o PRONAF Financiamento da Produção Agropecuária, é uma linha de ação que promove o acesso do agricultor familiar ao crédito rural - Custeio e Investimento - destinado ao desenvolvimento das atividades produtivas. Sua operacionalização é executada pelos agentes financeiros credenciados. As prefeituras dos municípios que atendam às exigências legais e tenham sido selecionados para participar do programa.

Instituições intermunicipais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, podem receber apoio financeiro desde que regularmente constituídas. O consórcio ou associação pode ter, no máximo, um município com mais de 100 mil habitantes. É necessário também que o percentual de estabelecimentos rurais familiares de todos os municípios participantes do consórcio seja igual ou maior que o percentual de estabelecimentos rurais familiares do estado, de acordo com o estudo da FAO/Inra.

O PRONAF financia o custeio e o investimento relacionados às atividades agropecuárias, de pesca, de aquicultura, de extrativismo; e relacionados às atividades não-agrícolas, como o artesanato e o turismo rural.

2.4 OBTENÇÃO DO FINANCIAMENTO

Na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar está consignada no Inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei

nº 4.504 de 30 de novembro de 2004, com a seguinte redação: '*propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros*'. Na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena propriedade os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4e15módulosfiscais.

Nesse contexto, para efeito de obtenção de financiamento do PRONAF, os beneficiários deverão residir na propriedade ou perto dela. Propriedades essas que para lavouras tenham até 4 módulos fiscais e para pecuária até 6 módulos fiscais, com 30% a 80% da renda bruta anual familiar advinda da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento, e mantenham até 2 (dois) empregados permanentes - sendo admitida a ajuda eventual de terceiros -, além de renda bruta anual de R\$ 60 mil (com as exceções acima mencionadas para agroindústrias e granjeiros)⁵.

Esses limites do PRONAF aplicados às principais lavouras brasileiras, que consideram as produtividades da terra e os preços médios paulistas - válidos para o Centro-Sul brasileiro devido à integração dos agromercados -, mostram enorme disparidade dos limites de área cultivada. Partem do piso de 1,25 hectare para lavouras intensivas em terra e trabalho, como o tomate de mesa, até atingirem o teto de 36,96 hectares para a soja, extensiva em terra e máquinas (tabela 1).

Tabela 1 - Limites de área cultivada para diferentes lavouras, em hectares, calculado dado o máximo de renda bruta fixado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Produto	2003	2004	Média
algodão em caroço	18,74	18,28	18,50
Amendoim em casca	21,09	22,88	21,94
Arroz em casca	27,56	25,46	26,48

Banana	6,09	5,40	5,73
Batata	4,05	4,08	4,06
Café beneficiado	19,69	21,42	20,42
Cana para indústria	24,50	22,72	23,58
Cebola	3,57	2,57	2,98
Feijão	26,97	34,27	30,17
Laranja de mesa	7,26	9,92	8,40
Laranja para indústria	9,53	12,96	11,00
Mandioca para indústria	14,68	10,80	12,43
Soja	37,21	36,70	36,96
Tomate para indústria	6,48	5,12	5,74
Tomate para mesa	1,40	1,13	1,25

FONTE: Cálculos do autor

Trata-se, pois, de uma realidade derivada do valor unitário do produto. Tanto os produtos de alto valor unitário (como as frutas e olerícolas frescas) quanto os de baixo valor unitário (como as *commodities*), pela média de preços e produtividade, apresentam dificuldades em adequar-se ao limite de renda fixado pelo PRONAF.

Tanto assim que o Governo do Estado de São Paulo, nas operações do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) - o Banco do Agronegócio Familiar -, usa o critério de limite de renda agropecuária anual de até R\$185 mil, que deve representar no mínimo 80% da renda bruta anual total do beneficiário (Deliberação CO 20 de 4 de novembro de 2004 - DOE de 9 de novembro de 2004).

Na mesma tendência seguida pelo Governo Federal para o PRONAF no caso da agroindústria e dos granjeiros, com esse limite o Banco do Agronegócio Familiar eleva o piso do tomate de mesa para 3,86 hectares e da soja para 93,03 hectares (tabela 2), ampliando de forma significativa o contingente dos possíveis beneficiários. Ainda assim, os resultados são pouco

expressivos frente à magnitude desse público potencial existente na agricultura paulista.

Tabela 2 - Limites de área cultivada paulista com diferentes lavouras, em hectares, calculado dado o máximo de renda bruta fixado pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), o Banco do Agronegócio Familiar

Produto	2003	2004	Média
Algodão em caroço	57,78	56,37	57,05
Amendoim em casca	65,03	70,54	67,64
Arroz em casca	84,97	78,50	81,63
Banana	18,77	16,65	17,66
Batata	12,48	12,57	12,53
Café beneficiado	60,72	66,05	62,95
cana para indústria	75,53	70,06	72,70
Cebola	11,00	7,92	9,18
Feijão	83,14	105,66	93,03
Laranja de mesa	22,40	30,57	25,90
Laranja para indústria	29,37	39,96	33,91
Mandioca para indústria	45,26	33,30	38,32
Soja	114,74	113,17	113,95
Tomate para indústria	19,97	15,79	17,70
Tomate para mesa	4,32	3,48	3,86

FONTE: Cálculos do autor

Interessante verificar o comportamento desses limites na realidade das operações de crédito rural. No caso do PRONAF no Estado de São Paulo, os valores aplicados cresceram de R\$ 62,9 milhões, em 1999, para R\$ 174,3 milhões em 2004 (+177,4%), com o número de contratos evoluindo de 14,9 mil

para 25,9 mil (+73,9%) no mesmo período. Assim, o valor médio dos contratos cresceu de R\$ 4,2 mil para R\$ 6,7 mil (+59,5%) (tabela 3).

Já o FEAP (Banco do Agronegócio Familiar) apresenta comportamento irregular da série histórica, com resultados mais modestos. Evoluiu de 1,4 mil contratos para 2,2 mil contratos (+62,7%) no período 1999-2004, com queda no triênio 2002-2004. As aplicações cresceram de R\$ 22,5 milhões para R\$ 34,2 milhões (+51,2%), com o aumento do valor médio dos contratos levando à redução do número de pessoas beneficiadas no último triênio (tabela 4).

Esses valores, ainda que crescentes, colocam São Paulo em desvantagem em relação aos estados do Sul, que acabam absorvendo parcelas proporcionalmente muito mais elevadas dos financiamentos do PRONAF que a participação relativa das respectivas propriedades familiares. As dificuldades paulistas não estão afetas aos limites⁶, mas à consistência das organizações de agricultores sulistas, cuja presença ativa visa proporcionar o acesso de seus membros aos financiamentos disponibilizados e à ação pró-ativa mais efetiva, eficiente e eficaz das políticas públicas de atendimento a esse público estratégico da agricultura.

Tabela 3 - Crédito Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)(1), Estado de São Paulo, 1999 a 2004

ANO	Nº DE CONTRATOS	VALOR	VALOR MÉDIO DOS CONTRATOS
1999	14.920	62.829.340	4.211
2000	14.315	67.832.980	4.739
2001	13.731	77.260.755	5.627
2002	8.485	67.331.353	7.935
2003	23.841	142.642.993	5.983
2004	25.948	174.265.482	6.716

(1) Em R\$, expressos em valores médios de 2004, deflacionados pelo IPCA-FIBGE

FONTE: Banco Central do Brasil

Tabela. 4 - Aplicações em crédito para agricultura, realizadas pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista(1) - O Banco do Agronegócio Familiar, 1999 a 2004

Ano	N.º Contratos	Valor Liberado	Valor Médio dos Contratos	N.º de Pessoas Beneficiadas
1999	1.372	22.510.651	16.407	5.448
2000	2.878	18.977.531	6.594	11.512
2001	1.170	16.304.837	13.936	4.680
2002	2.792	29.932.843	10.721	11.168
2003	2.685	25.715.022	9.577	10.740
2004	2.232	34.193.934	15.320	8.928

(1) Em R\$, expressos em valores médios de 2004, deflacionados pelo IPCA-FIBGE

FONTE: FEAP (Relatórios do Governo do Estado de São Paulo)

Ao focar a problemática dos limites, há de se compatibilizar os valores fixados com os demais segmentos econômicos e sociais, de forma a não criar privilégios inaceitáveis que acabam por exacerbar as disparidades de renda que se pretende combater com as políticas compensatórias. Dessa ótica, é interessante cotejar a renda bruta de R\$ 60 mil do PRONAF com o piso de renda que fixa a obrigatoriedade de declaração de Imposto de Renda pela pessoa física.

Na declaração de 2005 (exercício 2004), esse piso foi de renda bruta de R\$ 12.696,80 (R\$ 976,68/mês para 13 salários), com o que a renda bruta da agricultura familiar, fixada em R\$ 60 mil para configurar igual renda ao agricultor (R\$ 12.696,80), implica num custo de R\$ 47.303,20 (78,8% da receita). Noutras palavras, trata-se de limite para a agricultura familiar muito

mais favorável que o fixado para o assalariado urbano, tornando inaceitáveis da ótica social proposituras de alargamento desses valores, ainda que a pretexto de ampliar o público beneficiado pelo PRONAF.

Noutra comparação relevante, é interessante cotejar o limite de R\$ 60 mil do PRONAF com os do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que conceitua microempresa como *a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120 mil*. Interessante destacar que, no seu artigo 5º, ao determinar os percentuais dos valores mensais devidos (na redação dada pela Lei nº 10.034, de 24 de outubro de 2000), fixa a alíquota mais baixa de 3% da renda bruta acumulada exatamente para as empresas que obtêm R\$ 60 mil no ano-calendário.

Ora, trata-se assim de tratamento isonômico dado à agricultura familiar frente ao seu similar para empresas em geral. Mais uma vez, torna-se inadequadas proposituras de alargamento desses valores fixados pelo PRONAF, quaisquer que sejam as justificativas, sob pena de se criarem privilégios desnecessários. Se alteração deva ser feita, que seja no mesmo bojo da legislação relativa à pessoa física do Imposto de Renda e da microempresa do SIMPLES.

Em síntese, não há mais cabimento na adoção de limites de agricultura familiar baseados em tamanho de propriedade, dado que o progresso técnico pulverizou os pilares dessa concepção. Também não trazem contribuição substantiva em termos de justiça social mecanismos de alargamento do valor máximo da renda bruta de R\$ 60 mil do PRONAF, uma vez que criam privilégios inaceitáveis em relação aos assalariados e às microempresas.

Na verdade, a agricultura familiar perdeu há muito o conteúdo de universalidade, não havendo como compatibilizar a agricultura de subsistência do agreste nordestino com a agricultura integrada de granjeiros sulistas ou mesmo de frutas e olerícolas do Sul-Sudeste. Mais ainda, o debate ensejado parece reviver a divergência dos anos 1960 sobre o caráter da agricultura brasileira, se capitalista ou feudal, quando se deveria destacar a inequívoca convergência dos pensadores em relação à constatação da coerção extra-

econômica que acabou por permear o caráter patrimonialista e conservador da burguesia brasileira.

No caso em questão, trata-se de reconhecer e privilegiar os segmentos intensivos em trabalho em relação àqueles intensivos em capital, numa agricultura que, a despeito do significativo crescimento da produção e da renda nos últimos dez anos, perdeu 1,8 milhão de empregos. Ou seja, se cumpriu o seu papel de produzir bens e gerar riquezas, ficou a dever no seu papel também estratégico de regular o mercado de trabalho.

Nesse sentido, as políticas públicas para a agricultura deveriam ter o seu foco na distribuição de incentivos creditícios e fiscais progressivos em relação à intensidade do emprego, com o que o próprio conceito de agricultura familiar estaria resgatado na sua essência que não está na renda. Isso torna impróprio o limite do PRONAF de considerar familiar apenas a agricultura com menos de 2 empregados permanentes. Mas esse é assunto para outro artigo.

Até lá, o sentido da discussão deve ser revertido a tempo de produzir efeitos consistentes, dada a necessidade do pleno emprego configurar-se numa preocupação tipicamente *keynesiana*, uma vez que, segundo o mais notável economista do século XX, no longo prazo todos estarão mortos.

PLURIATIVIDADE

Este artigo procura apresentar um referencial de análise que permita entender a pluriatividade como um estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais. O tema central trata a agricultura familiar e a pluriatividade do ponto de vista teórico e conceitual. Situa-se o contexto em que aparece o estudo da agricultura familiar e da pluriatividade no Brasil e discute-se a origem e a evolução do debate sobre a pluriatividade, uma situação eminentemente relacionada à realidade dos países desenvolvidos. Situam-se, ainda, as análises sobre a pluriatividade no contexto das tradições teóricas clássicas dos estudos agrários, mostrando como esse fenômeno já fora objeto de preocupação de outros autores. Analisa-se, em seguida, a pluriatividade no âmbito das principais abordagens analíticas contemporâneas da teoria social e indica-se qual o referencial teórico que parece adequado ao seu estudo. Por fim, é indicada uma perspectiva metodológica para o estudo da pluriatividade em unidades familiares.

PLURIATIVIDADE – INTRODUÇÃO

Sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente. Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como *uma* das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza. Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de

um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos.

Este artigo insere-se no contexto da renovação temática e teórica assim delineado. Seu objetivo é o de contribuir no debate sobre a agricultura familiar no Brasil em situações de pluriatividade, o que implica apresentar um referencial de análise que permita entendê-la como uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais.

Pluriatividade: a ubiqüidade de uma noção analítica

Até meados da década de 1980, os termos *part-time farming* (agricultura em tempo-parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) eram utilizados quase sempre como sinônimos pelos cientistas sociais. Até então, aceitava-se que a única diferença entre ambos estava relacionada ao fato de que o primeiro termo era de uso corrente entre os analistas de língua inglesa e o segundo, mais ligado à tradição acadêmica francesa. No entanto, mais do que meras diferenças etimológicas (que em certa medida expressam a dificuldade do diálogo intelectual entre essas duas tradições), uma leitura atenta dos trabalhos que utilizam essas noções indica que elas incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social que começou a se generalizar ainda na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores.

Nos anos mais recentes, as diferenças semânticas e até mesmo as concepções teóricas acerca das noções mencionadas se alteraram significativamente na literatura internacional, podendo-se, inclusive, perceber a necessidade de consenso em torno da noção de pluriatividade. No Brasil, malgrado alguns esforços, o debate sobre a pluriatividade ainda é embrionário. Embora alguns cientistas sociais tenham despertado para a relevância do tema e orientado sua pesquisa nessa direção, o que inclusive já se reflete no espaço

que a temática vem ganhando em reuniões científicas, de maneira geral a pluriatividade ainda continua a ser tratada como uma curiosidade ou um fenômeno social inteiramente específico. Embora escassos, entre os resultados de pesquisas e publicações pioneiras no Brasil pode-se citar os trabalhos de Anjos (1995), Carneiro (1996a), Neves (1995, 1997) e Schneider (1994, 1999a). Mais recentemente, contudo, especialmente a partir de meados da década de 1990, José Graziano da Silva, alertado inicialmente pelo surpreendente desempenho do emprego não-agrícola na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1992, vem coordenando um projeto cujo objetivo consiste em analisar o que denominou de "novo rural brasileiro", em alusão à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural brasileiro (Graziano, 1999; Campanhola e Graziano da Silva, 2000). Primeiramente restrito ao Estado de São Paulo, o projeto (chamado sugestivamente de "Projeto Rurbano") assumiu proporções nacionais, englobando análises em diversos Estados. Pode-se afirmar que o mérito da inclusão desse tema na agenda de pesquisas dos cientistas sociais brasileiros se deve ao esforço de Graziano e de sua equipe.

Em razão de esse campo de análise ser ainda recente nos estudos brasileiros, considera-se oportuno e necessário a recuperação da trajetória do debate sobre a origem e o desenvolvimento desses termos na literatura internacional. Essa revisão, já iniciada em outras oportunidades (Schneider, 1994), orienta-se pela retomada do itinerário histórico de termos, noções e conceitos para, depois, fixar-se no debate teórico e analítico, baseando-se nas pistas apontadas por outros especialistas como Fuller (1984, 1990), Marsden (1990) e Arkleton (1992) e, no Brasil, por Carneiro (1996a, 1998), Kageyama (1998) e Anjos (2001).

A principal controvérsia em relação ao termo *part-time farming* refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, ao passo que a noção *pluriactivité* (pluriatividade) refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família. Em ambos os casos, há que se estabelecer, necessariamente, um contraponto. No primeiro, a noção de *full-time farming*

(agricultura em tempo-integral), utilizando-se, como critério de diferenciação, um determinado, embora arbitrário, corte de tempo de trabalho. No segundo, a noção de *monoactivité* (monoatividade), que se refere à forma de desempenho de uma atividade, o que, exatamente por ser "mono", traz implícita a idéia de que o indivíduo ou a família ocupa a integralidade de seu tempo naquela atividade. Cada uma dessas noções tem uma trajetória analítica particular. Em essência, a agricultura "monoativa" ou em "tempo integral" são semelhantes e encerram o mesmo conteúdo, mas seus opostos diferem substancialmente.

Segundo a revisão empreendida por Fuller (1984), o termo *part-time farming* foi criado por Rozman (*apud* Fuller, 1984, p. 190) para diferenciar os agricultores que produziam apenas para subsistência daqueles que se ocupavam plenamente com a produção para a venda. De acordo com sua periodização, pode-se traçar uma linha divisória entre os trabalhos anteriores e posteriores ao ano de 1975 (p. 206). Antes, os estudos enfatizavam a viabilidade econômica e o caráter transitório e instável da produção em tempo-parcial. Depois, os trabalhos adquiriram estatuto sociológico, iniciando uma fase de pesquisas marcadas pelo "enigma" em torno de conceitos e unidades de análise pertinentes ao estudo da agricultura de tempo-parcial.

Esse critério é reconhecido em outros trabalhos de revisão, como o artigo de Buttel e Larson (1982), onde consideram que até a década de 1970 o debate sobre a agricultura em tempo-parcial foi intermitente e fragmentado. Fuller sugeriu que o termo agricultura em tempo-parcial fosse substituído por *multiple job holding farm household* (unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo, representado pela sigla MJHFH), o que permitiria reorientar a unidade de análise baseada exclusivamente no tempo de trabalho da unidade familiar. Assim, os estudos sobre as unidades agrícolas familiares de trabalhos múltiplos incorporariam três características fundamentais das famílias: composição demográfica, processo de tomada de decisão e vontades e interesses dos indivíduos, considerando-se suas situações locais e históricas (Fuller, 1984, p. 210).

Em trabalho mais recente, Fuller (1990) indica que o deslocamento de uma noção para outra não deve ser entendido apenas em face dos limites

analíticos que a noção agricultura em tempo-parcial impõe aos estudos empíricos (sobretudo em razão da confusão criada entre os conceitos de ocupação do produtor e da "função produtiva" da propriedade), mas também como uma decorrência dos novos desafios impostos nos anos mais recentes às próprias Ciências Sociais, particularmente a Sociologia. Esses desafios indicam, inclusive, a emergência de novos aportes teóricos para o estudo do meio rural e das transformações agrárias na década de 1980, como foi o caso da afirmação da Sociologia da Agricultura nos Estados Unidos (Buttel e Newby, 1980; Buttel, Larson e Gillespe, 1990) e da Economia Política na Europa (Marsden, 1992; Marsden, Munton e Ward, 1992 e Van der Ploeg, 1993).

Em outro trabalho, posterior, refletindo sobre o debate da década de 1980, a diferença entre agricultura em tempo-parcial e pluriatividade é apresentada de forma clara e objetiva por Fuller e Brun (1988), conforme as seguintes definições:

Nesse contexto, o termo agricultura em tempo-parcial foi substituído por unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo que, por sua vez, foi substituído pela noção de pluriatividade, numa referência analítica à diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas. Para Fuller, essa mudança implicou a ampliação dos objetos de pesquisa das Ciências Sociais para temas como a ligação da agricultura com o sistema agroalimentar, as relações dos agricultores com o mercado de trabalho e os aspectos intrafamiliares decorrentes do novo padrão de relações sociais e econômicas entre homens e mulheres (1990, p. 362).

<p align="center"><i>Part-time farming</i> (agricultura em tempo-parcial)</p>	<p align="center"><i>Pluriactivité ou pluriactivity</i> (pluriatividade)</p>
<p>"[...] o termo <i>part-time farming</i>, no senso comum, até muito recentemente, tinha mais confundido do que clarificado a questão. O termo dificulta a distinção entre a unidade produtiva como uma entidade física (um espaço) e os ocupantes dessa unidade (a família ou a unidade doméstica). Estes podem fazer a gestão dessa unidade de diferentes maneiras, inclusive combinando as tarefas agrícolas com outras atividades [...] Os termos <i>part-time farm</i>, <i>part-time farmer</i> e <i>part-time farming</i> têm sido utilizados de forma intercambiável, o que contribui para o surgimento de noções errôneas ou pressupostos equivocados associados a esse fenômeno. É possível dizer que uma <i>part farm</i> é uma unidade produtiva que oferece, ou onde é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de <i>part-time farming</i> pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações onde, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada pelo investimento de menos do que um ano completo de trabalho" (Fuller e Brun, 1988, p. 150, grifos no original).</p>	<p>"[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade permite-nos questionar o pressuposto de que a <i>full-time farming</i> seja tanto a norma, e, portanto, algo positivo, quanto um estado temporário, ou um mal necessário, no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. Esse conceito, entretanto, no plano ideal, não é facilmente mensurável por estatísticas oficiais disponíveis" (<i>idem ibidem</i>).</p>

Ainda segundo Fuller, há três os fatores que contribuíram para o reconhecimento acadêmico e social do conceito de pluriatividade na década de 1980. O primeiro, de ordem conceitual, refere-se ao uso impreciso da noção de agricultura em tempo-parcial, que dificultava analiticamente a separação entre o trabalho do operador principal (chefe da propriedade) e a função produtiva da propriedade. Em muitas propriedades, o trabalho externo não tinha, de fato, uma relação com a redução das atividades produtivas agrícolas. O segundo, diz respeito ao "deslocamento etimológico" decisivo para a afirmação desse fenômeno social como objeto de investigação acadêmica, o que ocorreu no âmbito do *Arkleton Trust Project* iniciativa de pesquisadores de países ligados à então Comunidade Econômica Européia (CEE, atualmente União Européia) para estudar em profundidade as unidades familiares rurais que combinavam a agricultura com outras atividades. Essa pesquisa representou, inegavelmente, um marco no estudo da pluriatividade, pois a partir dela passou-se a utilizar a

unidade doméstica (*farm household*) como unidade de análise, e não mais o chefe da propriedade ou o tempo de trabalho gasto em atividades não-agrícolas. Finalmente, o terceiro fator foram os debates em torno da reforma da PAC (Política Agrícola Comum), iniciados no final da década de 1980 e concluídos em 1992, pois a crescente diversidade das ocupações do mundo rural não podia mais ser ignorada.

Esse processo de afirmação culminou com a adoção da noção de pluriatividade como a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas. De acordo com Fuller (1990, p. 367) e Newby (1987), o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de agricultura em tempo-parcial (unidades onde os moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como as da *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento). A expressão tem sido "[...] bastante utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas em dinheiro (*cash*), mas com pagamentos em espécie, por meio da permuta de trabalho e outros arranjos informais" (Fuller, *idem*). Com essa definição, os estudiosos não apenas têm conseguido abarcar os diferentes contextos onde o fenômeno se manifesta, inclusive os pequenos produtores não integrados aos diversos mercados, os grupos identificados com o campesinato, como também examinar as relações entre o trabalho formal e informal.

Quanto ao estatuto teórico e analítico, as críticas são variadas e dirigem-se principalmente ao fato de que a noção de pluriatividade se refere sobretudo a um conjunto heterogêneo e diversificado de situações, que varia de acordo com o espaço e o contexto histórico, em que os membros de famílias de agricultores buscam atividades não-agrícolas como ocupação (independentemente de ser uma renda principal ou complementar) e acesso a um maior nível de renda. Nesse sentido, segundo Carneiro (1996a, p. 96), corre-se o risco de atribuir "[...] a qualidade de sujeito a um conjunto de práticas cuja heterogeneidade impede que se possa delimitar criteriosamente o verdadeiro campo de estudo".

Na França, o livro organizado pela *Association des Ruralistes Françaises* (ARF, 1984) expressa essa disputa teórica em relação ao conteúdo analítico do termo pluriatividade. Segundo os historiadores, especialmente aqueles que estudam a chamada "proto-industrialização" (Garrier e Hubscher, 1988), as atividades não-agrícolas sempre foram praticadas por camponeses, pois integram o próprio modo de vida das sociedades rurais que não conhecem a rígida divisão social do trabalho e do espaço que caracteriza as sociedades capitalistas contemporâneas. Carneiro (1996b, pp. 7-12), ao revisar esse debate, destacou que, para os historiadores, a pluriatividade possui um caráter estrutural que perpassa diferentes períodos históricos e situações socioeconômicas. Por meio de um olhar disciplinar, eles percebem a pluriatividade pelos "rendimentos exteriores à unidade de produção familiar", e o termo é identificado como um fenômeno pré-moderno, pois o campesinato sempre recorreu à combinação de diversas fontes de renda e de trabalho. Mas, se a pluriatividade for compreendida como um fenômeno contrário às situações em que as pessoas se ocupam exclusivamente com uma única atividade ("monoatividade"), o caso dos "agricultores profissionais e modernos a duas unidade de trabalho homem" (UTH unidade de medida do trabalho de um homem ao ano, considerando 300 dias de atividade), ela representa uma situação recente, típica do período pós-produtivista da década de 1970.

Essas divergências tornam o assunto polêmico, mas não impede que a expressão seja utilizada para descrever o processo de diversificação do uso da força de trabalho que ocorre dentro e fora da propriedade, nem que aponte o surgimento de um conjunto de novas atividades no meio rural. Nesses termos, há consenso em torno de uma das mais rigorosas definições de Fuller:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências) (Fuller, 1990, p. 367).

É justamente por causa dessa aparente ubiqüidade que a noção de pluriatividade vem sendo questionada por vários autores, que reivindicam "uma delimitação mais rigorosa de um campo de observação tão difuso" (Carneiro, 1996b, p. 95). Embora essas críticas sejam pertinentes, parece ser logicamente impossível a associação direta do termo com a noção de "camponês" ou "pequeno produtor" como pretendem os historiadores franceses, que consideram os termos quase sinônimos, tendo em vista as características históricas de cada um. Para encerrar a controvérsia, parece válida uma sugestiva recomendação de Carneiro, para quem a pluriatividade "[...] é um termo de criação recente do vocabulário técnico, do qual o campo acadêmico se apropriou. Assim, a noção só ganha sentido se for relacionada com a política agrícola que estimulou a especialização da produção e do trabalho" (1996b, p. 10). Nessa perspectiva, a pluriatividade é, de fato, uma noção ou, no máximo, uma categoria social que se refere ao fenômeno da combinação de múltiplas inserções produtivas por um indivíduo ou uma família.

As formas pioneiras da pluriatividade na agricultura: o "trabalho rural acessório" e as "atividades não-agrícolas complementares"

Uma vez que se concorda que o fenômeno atualmente denominado pluriatividade não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias e que lhe falta conteúdo teórico e conceitual, vale pena examinar como os autores de alguns estudos clássicos interpretaram essa realidade. É nos trabalhos de Kautsky e Chayanov que se encontram algumas das primeiras referências ao "trabalho rural acessório" e a "outras atividades não-agrícolas", entendidos como formas complementares de obtenção de renda e de inserção econômica de pequenos proprietários ou camponeses.

Segundo Kautsky (1980), o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a uma "lenta e gradual" subordinação à indústria. Para ele, o processo é comandado pela dinâmica do progresso tecnológico na agricultura (especialmente devido aos efeitos da agroquímica), que acaba por transformá-la em um ramo da indústria, completando-se, assim, uma longa evolução que resulta na afirmação da superioridade técnica da grande propriedade sobre as pequenas (ou unidades camponesas, como também são chamadas). No

entanto, Kautsky afirma que o processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo não elimina, necessariamente, as pequenas propriedades desde que elas desenvolvam "formas de trabalho acessório" (que podem ou não estar ligadas à agricultura) que lhes permitam manter sua reprodução social.

A permanência de pequenos proprietários estaria relacionada à própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, pois não obstante a superioridade técnica e empresarial da grande exploração, o que favorece a obtenção de maior taxa de lucro pelos capitalistas, os pequenos proprietários continuariam a desempenhar o papel fundamental de fornecimento da força de trabalho para as unidades maiores. Segundo Kautsky:

[...] não devemos pensar que a pequena propriedade territorial esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade. A grande propriedade, por mais que rechace os camponeses livres, sempre manterá uma parte deles à sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários (1980, p. 178).

No entanto, o autor ressalta, a possibilidade de persistência das pequenas propriedades camponesas somente é admitida sob a condição de que elas venham a assumir uma função acessória e complementar à grande empresa que, por sua vez, exercerá seu pleno domínio no terreno da produção agrícola. Tal função estaria relacionada à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que restringe sua capacidade de concorrência e reduz sua renda a níveis que obrigam essas pequenas unidades a buscar uma atividade complementar ou, então, a abandonar definitivamente o campo. De acordo com Kautsky (1980, p. 194-206), existem três tipos de ocupação acessória que podem exercer esse papel:

- a) Trabalho agrícola assalariado, mais conhecido como trabalho temporário, exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão-de-obra, como nas colheitas.
- b) Ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio, o que, em geral, ocorre em regiões de pouca aptidão agrícola para consolidar uma agricultura competitiva, caso de várias áreas na Alemanha e no restante da Europa por ocasião de seus estudos. Apesar de ser menos eficiente do que a grande indústria urbana, para Kautsky a indústria a domicílio rural desfrutaria da vantagem de se apoiar na agricultura, o que lhe permite rebaixar os custos de produção, especialmente com a remuneração da força de trabalho.
- c) Fundação de indústrias no campo, que progride em função do avanço das comunicações (canais, estradas de ferro, telégrafos), o que também ocasiona a

necessidade de trabalhos complementares para as famílias de pequenos proprietários (*idem*, p. 205).

Assim, afirma Kautsky, "[...] estas três espécies de trabalho acessório ao alcance dos pequenos camponeses não se excluem de modo algum. Podem existir simultaneamente, e, freqüentemente, coexistem" (*idem*, p. 206). Portanto, pode-se dizer que a questão das atividades rurais não-agrícolas (ainda que não explicitamente nesses mesmos termos) aparece na obra de Kautsky não apenas como uma forma de reafirmação de seu argumento central, em favor da superioridade técnica da grande propriedade e do inequívoco processo de industrialização da agricultura (tornando-a um apêndice da indústria), mas também como uma divergência a Lênin, Engels e ao próprio Marx, já que o autor tem uma visão radicalmente distinta a respeito dos desígnios da estratificação social e econômica decorrente do processo de penetração do capitalismo no campo.

Fora do escopo do marxismo, outro autor pioneiro a destacar a importância das "atividades rurais não-agrícolas" foi Alexander V. Chayanov (1974). Para se compreender a explicação desse autor sobre as razões que levaram os camponeses russos a buscar atividades complementares no meio rural é necessário situar sua tese em um quadro analítico mais amplo, qual seja, a "teoria da unidade econômica camponesa (UEC)", cujo objetivo é analisar os aspectos organizacionais da unidade econômica camponesa a partir de seus "elementos morfológicos estáticos". No centro dessa formulação está "[...] a hipótese de um balanço subjetivo entre trabalho e consumo para analisar os processos de continuidade da unidade econômica camponesa e para estabelecer a natureza da motivação da atividade econômica da família" (Chayanov, 1974, p. 38). Essa hipótese sustenta-se na idéia de que, na agricultura camponesa, a família é o elemento-chave para explicar o processo de tomada de decisão por parte dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho, à utilização dos equipamentos e ao investimento. Assim, a compreensão do funcionamento das unidades econômicas camponesas pressupõe a análise do modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas com vistas à manutenção de uma situação de equilíbrio, vital para garantir sua reprodução social. A avaliação subjetiva da família, portanto, é decisiva para definir o "grau de auto-exploração" das

unidades econômicas camponesas no que se refere ao volume da atividade agrícola, à intensidade do trabalho e ao destino da produção. Tal avaliação tem como referência a manutenção do balanço entre trabalho e consumo.

Embora a idéia de equilíbrio entre trabalho e consumo seja visivelmente fundadora do esquema analítico de Chayanov, sua principal contribuição reside na identificação de elementos próprios ao comportamento da família, que é quem regula e operacionaliza a unidade de produção agrícola. Segundo Chayanov, deve-se considerar a família sob três aspectos centrais. Primeiro, em seu ciclo demográfico completo, o que implica relacionar a variação da utilização dos fatores produtivos (terra, trabalho e meios de produção) ao seu processo de diferenciação interna. Segundo, deve-se buscar entender o "caráter teleológico" do comportamento das ações familiares, que organiza o funcionamento dos "mecanismos internos de equilíbrio" (Chayanov, 1974, p. 287). Essa racionalidade orienta-se na direção da "utilização ótima de fatores" (terra, capital e força de trabalho), estabelecida a partir do tamanho da família e seu grau de auto-exploração em relação às condições objetivas dos meios de produção (*idem*, p. 99). Terceiro, a composição e a união entre a unidade doméstica (ou de consumo) e a unidade de produção, o que faz com que a família funcione como um todo, especialmente no que se refere à gestão de sua rendas (*idem*, pp. 110-112).

O modelo analítico de Chayanov é crucial para se compreender o significado das atividades rurais não-agrícolas, às quais o autor se refere de modo recorrente. Nesse sentido, assume também relevância o conceito de estratégia que, para o autor, funciona como um conjunto de ações conscientes e planejadas que a família se utiliza para alcançar seus objetivos. Esse conceito, na verdade, baseia-se na "relação ótima de fatores de produção", que consiste na adequação das necessidades familiares à conveniência técnica em um determinado sistema de produção (*idem*, p. 98).

Desse modo, em situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente de terra para suas necessidades, ou quando "sobram braços" para trabalhar, ela tende a buscar em "atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não-agrícolas" uma forma de ocupar a força de trabalho para garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo (*idem*, p. 101). Essas estratégias não são derivadas de um cálculo aritmético ou de uma

racionalidade guiada pelo lucro ou pela acumulação, mas tão-somente orientadas pelas necessidades, que variam ao longo do ciclo demográfico familiar. Assim, Chayanov demonstra que o recurso a atividades não-agrícolas é determinado, primeiramente, pela variação neste ciclo. Nas fases em que a família possui filhos pequenos ou quando resta apenas o casal de velhos (e, às vezes, um filho que se ocupa deles), a demanda por trabalhos não-agrícolas é menor *vis-à-vis* as situações em que a família amplia sua capacidade de trabalho ante a maior aptidão dos filhos. Nesse caso, quando há subocupação da força de trabalho, o recurso às atividades não-agrícolas torna-se uma alternativa.

No entanto, apesar de a busca por atividades não-agrícolas variar segundo o ciclo demográfico, isso não quer dizer, segundo Chayanov, que o tamanho da família seja o único critério que orienta a divisão familiar do trabalho entre atividades agrícolas e não-agrícolas. É preciso também levar em conta os elementos técnicos que influenciam a produção, porque a adoção de meios de produção mais eficazes poderia suprir a falta de mão-de-obra. A divisão do trabalho familiar também se orienta "pelos condições econômicas gerais que se dão localmente" (*idem*, p. 116). Assim,

[...] a suposição de que a procura de capital e, sobretudo, de terra induz a família camponesa a orientar parte considerável de sua mão-de-obra para atividades não-agrícolas está perfeitamente correta na maioria dos casos. O êxodo para os ofícios não-agrícolas acontece, com efeito, de modo particular nas zonas de grande densidade demográfica (*idem*, p. 118).

Essa afirmação, contudo, segundo o próprio Chayanov, exige o estabelecimento de dois condicionantes:

- a) O fato de que o desenvolvimento de atividades não-agrícolas está relacionado à irregularidade da distribuição do tempo de trabalho na agricultura, pois em determinadas estações, como no inverno (no caso russo), a inatividade pode ser quase total.
- b) Em muitas situações não é a falta de meios de produção o que origina os ganhos com atividades não-agrícolas, mas uma situação de mercado mais favorável para esse tipo de trabalho, em termos de remuneração, em comparação com aquela derivada da venda de produtos agrícolas (*idem*, p. 118).

Para Chayanov, o recurso às atividades não-agrícolas é uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar ante os condicionantes da unidade produtiva agrícola e expressa, acima de tudo, a racionalidade que a família

imprime às suas atitudes para manter o equilíbrio entre trabalho e consumo e garantir, assim, sua reprodução.

Trata-se de atividades artesanais e comerciais que fornecem uma remuneração muito mais elevada por unidade de trabalho. Com sua ajuda pode-se obter ganhos maiores com menos esforço, e a família prefere ajustar o equilíbrio básico entre consumo e desgaste da força de trabalho principalmente por meio da ocupação em artesanato e comércio [...]. Em outras palavras, podemos assegurar teoricamente que a divisão do trabalho na família camponesa entre atividades agrícolas e não-agrícolas (artesanato e comércio) é levada a cabo pela comparação da situação de mercado desses ramos da economia nacional" (*idem*, p. 120).

Embora muitas vezes as atividades não-agrícolas sejam exercidas fora da propriedade, ainda segundo as formulações de Chayanov, isso não comprometeria o caráter indivisível dos rendimentos familiares. Trata-se de um "sistema único de equilíbrio básico" que faz com que haja uma interdependência entre os ganhos totais da família (*idem*, p. 112).

A teoria social contemporânea e o lugar da pluriatividade: a contribuição da sociologia da agricultura

Uma revisão cuidadosa da literatura internacional que procura situar o debate sobre a pluriatividade no contexto das reflexões sobre a agricultura familiar mostra que os avanços teóricos e metodológicos mais significativos sobre esses temas se encontram na corrente do pensamento social contemporânea denominada "Sociologia da Agricultura" (Buttel, Larson e Gillespie Jr., 1990⁶). Trata-se de uma abordagem relativamente recente na área dos estudos rurais e agrários, cuja definição teórico-metodológica é eclética e pluralista, variando de enfoques neomarxistas a neweberianos, e alicerçada por uma orientação genérica que os autores denominam "perspectiva crítica" (Schneider, 1997). Apesar da multiplicidade de enfoques, há consenso entre os autores ligados a essa área da sociologia de que a agricultura familiar encerra uma diversidade de situações e possui múltiplas estratégias de reprodução social.

A principal divergência entre os expoentes dessa vertente teórica evidencia-se nas suas interpretações acerca do papel e da posição dos agricultores diante das transformações estruturais da agricultura sob o regime capitalista. De um lado, há os que abordam as mudanças sociais, econômicas e espaciais da agricultura e do mundo rural a partir da internacionalização do

sistema agroalimentar (*agri-food-system*), apontando a homogeneização dos mercados de trabalho rural e urbano e o aumento da hegemonia do capital financeiro em escala global como suas características principais. Em contrapartida, uma segunda vertente focaliza o processo de reestruturação da agricultura a partir do estudo da agricultura familiar e das estratégias que as famílias rurais adotam, entre as quais a pluriatividade.

Como no espaço deste artigo não será possível apreciar todas as perspectivas analíticas que integram a Sociologia da Agricultura, optou-se por apresentar a contribuição teórica mais adequada e que melhor se ajusta à reflexão sobre a agricultura familiar em situações de pluriatividade. Terry Marsden e Anthony Fuller estão entre os autores do pensamento social contemporâneo que mais têm contribuído para constituição de um arcabouço analítico para discussão da pluriatividade e temas correlacionados.

Segundo Marsden, é necessário compatibilizar as análises gerais sobre as transformações estruturais (encapsulada na utilização recorrente da idéia de "reestruturação capitalista") com as transformações particulares que afetam a agricultura familiar. Ou seja, trata-se de fazer uma analogia entre o processo de reestruturação da agricultura e o papel desempenhado pela pluriatividade. Nesse sentido, o autor insiste na retomada de análises sobre o funcionamento dos processos produtivos no espaço rural, que seriam o *locus* privilegiado para a observação das transformações das unidades familiares (Marsden, Whatmore, Munton e Little, 1986). Para isso, Marsden propõe a utilização de conceitos fundamentais do debate sobre a mercantilização social e econômica (*commoditization debate*), discussão lançada na segunda metade dos anos de 1980 pelos estudiosos da escola holandesa de Wageningen (em particular Norman Long e Jan Douwe Van der Ploeg), cujo objetivo era propor uma alternativa analítica à utilização da noção de *produção simples de mercadorias* para explicar a persistência da agricultura familiar. Marsden resgata o conceito de "mercantilização do espaço agrário" acrescentando-lhe a idéia de que se trata de um processo de desenvolvimento desigual, que aos poucos integra certos tipos de agricultores e regiões produtivas enquanto outros vão sendo excluídos e marginalizados (Marsden, 1991).

A partir desse marco teórico geral, Marsden passa a analisar o processo de reestruturação capitalista da agricultura que eclodiu com as mudanças

radicais decorrentes da crise do modelo fordista de produção e consumo de massa vigente nos países desenvolvidos entre o pós-Guerra e meados da década de 1970 (Marsden *et al.*, 1986). De acordo com o autor, ao contrário do que sugere parte da literatura internacional, os processos de flexibilização e de descentralização industrial e, sobretudo, de informalização das relações de trabalho não necessitam de um "*novo modelo*" societário, mas, um recuo do próprio fordismo (1992, p. 210). As características mais salientes desse recuo poderiam ser percebidas por meio das mudanças no mercado de trabalho, da emergência de novas formas de regulação das relações de trabalho e das novas tecnologias e formas de gestão dos processos produtivos.

Em vez de construir novos modelos analíticos em substituição ao fordismo, Marsden afirma que os cientistas sociais deveriam se preocupar em desenvolver análises capazes de incorporar a dimensão local, nacional e internacional dos espaços, dando ênfase à articulação social e política dessas esferas. Essa perspectiva de análise desdobra-se em dois vetores. Primeiro, segundo o autor, as novas formas de organização econômica devem ser entendidas a partir de suas especificidades e das configurações particulares que assumem as novas formas de regulação da ação social. Segundo, deve-se analisar as diferentes trajetórias do capitalismo recombinação-as com base nas diferenças socioespaciais (Marsden, 1989, Marsden *et al.*, 1987).

Desde o início da década de 1990, de acordo com Marsden, estão em curso mudanças na política agrícola dos países desenvolvidos que estimulam a diversificação e o aumento da produção, o que pode ser entendido como um indício de que o próprio Estado cria mecanismos novos de regulação social e econômica dos espaços rurais. Essas iniciativas vêm de encontro ao recuo do padrão fordista de produção em massa na agricultura ("pós-productivismo") e contribuem para a disseminação de novas formas de reprodução da força de trabalho no meio rural, sendo a pluriatividade a expressão mais eloqüente desse redirecionamento (1995, p. 291). Assim, o espaço rural, que durante o fordismo se limitara a cumprir funções produtivas agrícolas e alimentares, ganha novas atribuições, tornando-se um lugar onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas e ocupacionais.

Entre suas novas funções, o autor destaca o papel do consumo de bens materiais e simbólicos (por exemplo, propriedades, festas, folclore e

gastronomia) e serviços (ecoturismo, atividades ligadas à preservação ambiental etc.), indicando que na fase pós-fordista o espaço rural não pode mais permanecer circunscrito à sua função na produção agrícola ou ao uso da terra para o cultivo de produtos alimentares e de matérias-primas. Portanto, para se compreender o meio rural é preciso ir além da perspectiva agro-alimentar, ou seja, deve-se analisar as relações de produção e consumo em uma dimensão local e global. Marsden propõe que o conceito-chave para explicar a nova configuração socioeconômica e espacial do meio rural seja a noção de *commoditization* (mercantilização) que, na sua opinião,

[...] representa um amplo processo social e político pelo qual os valores mercantis são construídos e atribuídos a objetos rurais e agrícolas, mas também ao artesanato e às pessoas. Ela não representa um processo único e universal que transforma apenas o trabalho na agricultura (tal como sugerido na literatura marxista sobre o desenvolvimento agrário). Trata-se, ao contrário, de um fenômeno diversamente construído, em torno do qual os processos de desenvolvimento coalescem e se generalizam (Marsden, 1995, p. 293).

Com base nessas formulações, Marsden considera que a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho, como nas demais zonas rurais, onde o próprio Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o turismo e o artesanato (Marsden e Flynn, 1993). O autor acredita que esse processo conduzirá à revalorização do espaço rural, especialmente em razão do rápido crescimento do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial, que tendem a ampliar o mercado local de trabalho e, conseqüentemente, a adoção da pluriatividade nas famílias rurais.

Ao afirmar que a pluriatividade decorre, em larga medida, das transformações engendradas pelo próprio processo de reestruturação capitalista, Marsden fornece ainda pistas importantes para a análise das transformações do mercado de trabalho. Nesse sentido, recupera a tese de Bradley (1984), segundo a qual uma das características centrais do capitalismo no período pós-fordista é o processo de segmentação do mercado de trabalho, decorrente das novas formas de organização dos processos produtivos que tem como característica principal a descentralização horizontal e a flexibilização das relações de trabalho. Esse processo reflete os impactos

desiguais sobre o espaço rural, que passa, por meio do mercado de trabalho, a ser também integrado à dinâmica capitalista.

Desse modo, Marsden vê a pluriatividade como uma configuração, por excelência, das relações de trabalho contemporâneas, decorrente dos processos recentes de realocação econômica. Embora o autor insista no fato de que a pluriatividade seja uma decorrência dos novos contornos sociais, econômicos e espaciais da reestruturação capitalista, também reconhece que os elementos "exógenos" (sobretudo o mercado de trabalho de atividades não-agrícolas) não são suficientes para explicar inteiramente esse fenômeno. Para se compreender os tipos de impacto que essas transformações provocam nas decisões das famílias rurais, especialmente no que se refere ao recurso à pluriatividade como estratégia de reprodução social, Marsden sugere a análise das relações sociais internas às propriedades e ao processo produtivo (1990, p. 378):

Precisamos enfatizar a contínua transformação da agricultura familiar, e não sua estagnação como uma forma de produção. O esforço de investigação precisa se deter sobre as oportunidades e as limitações com as quais a unidade familiar se vê confrontada e sobre as concessões que as famílias de agricultores constantemente se vêem forçadas a fazer em resposta às pressões internas e externas de mudança. As análises podem, então, incorporar as relações internas à unidade produtiva, principalmente no que se refere às questões geracionais e de gênero, bem como as relações estabelecidas entre a unidade produtiva e o capital externo. É este conjunto complexo de interações, desenvolvido em condições locais e históricas específicas, que deve servir de base para o estudo da natureza e da dinâmica da agricultura familiar (Munton e Marsden, 1991, p. 109).

Ou seja, Marsden propõe uma via para definir conceitualmente o que chama de unidade familiar rural, qual seja, o estudo das relações sociais engendradas pela dinâmica do processo de trabalho. Seu ponto de partida é o pressuposto de que as unidades familiares são compelidas a buscar novas fontes de renda fora da propriedade devido ao ingresso em um ambiente competitivo, o que impede que sobrevivam apenas e exclusivamente dos ganhos obtidos com as atividades agrícolas. Dada essa nova configuração do mercado de trabalho e da importância que assume o espaço rural como um espaço mercantilizado de bens e serviços, parte expressiva das unidades familiares agrícolas tornam-se pluriativas, garantindo, assim, condições razoáveis de sobrevivência.

O trabalho de Fuller é também uma referência fundamental para o entendimento do conceito de pluriatividade e pode ser considerado um complemento aos estudos de Marsden, cuja perspectiva é inspirada nos fundamentos epistemológicos neomarxistas da Sociologia da Agricultura. Fuller interpreta a pluriatividade a partir dos mecanismos que as famílias estabelecem com o mercado e o ambiente externo, enfatizando que a natureza da divisão interna do trabalho exerce uma influência decisiva sobre as estratégias adotadas por elas.

Em seus primeiros trabalhos, Fuller propõe que o estudo da pluriatividade não deve ficar restrito à mensuração do tempo que o chefe da propriedade dedica às atividades agrícolas e não-agrícolas. Sugere que se tome a família e o seu ciclo de reprodução como eixo principal de análise, já que a decisão pela diversificação das atividades familiares depende também dos recursos, dos costumes e das tradições da família. Para Fuller, "[...] deve-se entender a propriedade familiar como uma unidade econômica onde a família é o principal agente das decisões" (1983, p. 7). Essa definição contempla a família como um todo, fazendo com que a noção de propriedade familiar não se circunscreva apenas ao chefe da propriedade ou aos membros que trabalham fora.

Em trabalhos mais recentes, e como consultor principal do projeto "Estruturas Agrárias e Pluriatividade das Famílias Agrícolas (1987-1990)", patrocinado pelo Arkleton Trust, Fuller foi um dos precursores da idéia de que se deve estudar a pluriatividade a partir da dinâmica interna da família, e de como ela reage ao jogo das instituições e dos condicionantes do mercado no sistema local (Fuller, 1987, p. 11). Para ele, a pluriatividade é um elemento de diversificação que pode se produzir tanto no interior da família como a partir do exterior, pois funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a estrutura agrária (Brun e Fuller, 1991, p. 25). Entre as principais conclusões do projeto mencionado, tem-se a idéia de que a pluriatividade

[...] se reveste de diferentes formas em função das fontes de renda e da inserção da mão-de-obra e preenche diferentes funções. Todavia, a pluriatividade não pode mais ser considerada unicamente um fenômeno estrutural associado à transição e que constitui a saída para a agricultura, ou a necessidade de incrementar as rendas das pequenas propriedades, ainda que esses aspectos se mantenham importantes (Arkleton Trust, 1992, p. 19).

Assim, segundo os autores, a pluriatividade constitui-se em um traço importante da agricultura europeia, e sua presença não está relacionada somente ao tamanho dos estabelecimentos ou à localização em determinadas áreas (consideradas marginalizadas). Ao contrário, constatou-se que ela não é um fenômeno efêmero, mas generalizado por toda a estrutura agrária da Europa, além de englobar uma diversidade de práticas e atividades agrícolas e não-agrícolas.

Nesse sentido, para Fuller, a pluriatividade apresenta variações muito expressivas de situações de espaço e de tempo, ainda que se possa afirmar que sua característica fundamental seja a interação entre agricultura, unidade familiar e mercado de trabalho (1990, p. 368). Do ponto de vista teórico e conceitual, isso implica a definição de três níveis de análise, que também foram utilizados no estudo de Arkleton Trust. O primeiro toma a pluriatividade como uma expressão de determinados tipos de economia regional ou local. Trata-se de sua projeção espacial, bem como de suas interações com a estrutura econômica e as condições socioculturais e políticas ali instauradas. Busca-se saber, por exemplo, quais são os fatores regionais ou locais que exercem atração e estímulo, e, em contrapartida, os restritivos ou limitadores ao desenvolvimento da pluriatividade. O segundo refere-se à abordagem da família como o núcleo das decisões para compreender as relações entre a agricultura e a pluriatividade. A decisão de alocação dos recursos disponíveis (capital, trabalho etc.), bem como a opção por uma determinada estratégia de investimento em atividades agrícolas ou não-agrícolas são decisivas para a compreensão das diversas formas possíveis que assume a pluriatividade. O terceiro, por sua vez, refere-se à interpretação da pluriatividade como uma expressão da dinâmica das transformações socioeconômicas estruturais dos espaços rurais. Ou seja, trata-se do enfoque histórico e comparativo entre regiões, comunidades e até países, no sentido de se averiguar os fatores que podem contribuir para explicar as distintas funções da pluriatividade, como, por exemplo, o tamanho e a composição familiar e a disponibilidade de um mercado de trabalho de atividades não-agrícolas (Brun e Fuller, 1991, pp. 26-28).

A pluriatividade como característica da agricultura familiar

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares. Interessa, pois, avaliar o significado econômico, o sentido sociocultural da consolidação da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e se integram em outras atividades ocupacionais, combinando-as com a atividade agrícola.

Com efeito, ao delimitar as fronteiras conceituais entre a agricultura familiar e a pluriatividade, o passo seguinte consiste em evidenciar o referencial teórico que alicerça essa definição. Cabe, portanto, explicitar como é entendida a agricultura familiar e por que a pluriatividade se tornou uma das estratégias de sobrevivência. Assim, a discussão teórica acerca da pluriatividade deve envolver o debate mais amplo sobre a persistência da forma familiar de trabalho e de produção no interior do capitalismo. Parte-se do pressuposto de que a dinâmica socioeconômica no meio rural faz parte da sociedade como um todo, e que, em determinadas situações históricas, ela certamente será estabelecida pelo regime capitalista. Mas essa não é uma "regra universal", e o modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições muito particulares. Em alguns casos históricos, as formas sociais identificadas com o trabalho familiar acabaram sucumbindo e foram absorvidas pelo próprio capitalismo mas, em outros, como no caso de certas configurações da pluriatividade, a presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pôde desenvolver relações até certo ponto estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes. Assim, as unidades familiares subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições. A sua transformação vai depender de sua relação com as formas distintas e heterogêneas de

estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, em um certo espaço e contexto histórico.

Há controvérsia metodológica entre os estudiosos que, segundo Neves (1995), decorre em larga medida da capitulação dos pesquisadores ao raciocínio dualista, tipológico e ordenador dessa heterogeneidade, que vale à pena ser comentado. O que está em jogo é a definição das unidades familiares que utiliza como referencial o outro extremo de uma suposta polaridade, qual seja, a unidade ou a empresa capitalista. Às formas familiares corresponderiam características como trabalho familiar, resistência à apropriação do excedente via mercado, propriedade de meios de produção, busca de autonomia etc.; às formas capitalistas seriam definidas por assentarem-se em trabalho assalariado, apropriação de mais-valia, reprodução ampliada, racionalidade dirigida à obtenção de produtividade e rentabilidade, entre outros aspectos. Dessa classificação derivam qualificações empíricas, muitas vezes utilizadas para caracterizar os próprios produtores, como a polarização entre produtor tecnificado ou capitalizado *versus* os camponeses, pobres ou tradicionais. Esse tipo de raciocínio, que segundo Neves deriva de equívocos metodológicos, reduz a compreensão e a análise das formas sociais existentes no campo à mera contraposição de dois segmentos: um social, caracterizado pelas unidades familiares, e outro, econômico, consagrado à empresa capitalista.

Entretanto, acredita-se ser possível e adequado o delineamento de alguns elementos que auxiliem a elaboração de uma definição mais abrangente acerca da agricultura familiar ou da forma familiar de organizar o trabalho e a produção na atividade agrícola, e isso, com certeza, será útil para a compreensão de suas características em sociedades capitalistas. O primeiro elemento diz respeito à forma de uso do trabalho. As unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho dos membros da família que, por sua vez, podem contratar, em caráter temporário, outros trabalhadores. No entanto, a utilização de critérios de quantificação para determinar o limite a partir do qual uma unidade familiar que usa trabalho contratado deixa de ser considerada como tal constitui-se em operação heurística que, isoladamente, não é suficiente para se entender e se caracterizar sociologicamente sua natureza, ou seja, como vivem seus integrantes e por que tomam determinadas decisões.

O segundo elemento refere-se aos obstáculos oferecidos pela natureza, que impedem uma eventual correspondência, em essência, entre a atividade produtiva agrícola e industrial. Embora notórios, os avanços científicos e tecnológicos ainda não conseguiram eliminar a "base natural" sob a qual se assenta a produção de alimentos e fibras, e muito menos subverter os processos produtivos agrícolas a ponto de suprimir a distinção, em termos de funcionamento, entre agricultura e indústria. De fato, malgrado argumentos contrários, um olhar atento sobre a produção agrícola é suficiente para convencer o observador de que se trata de uma atividade ainda muito dependente de fatores naturais como clima, solo, ou equilíbrio dos ecossistemas. Na agricultura, o tempo de trabalho que se gasta para produzir uma mercadoria, sobretudo nas situações em que a produção é especializada, não corresponde ao tempo de produção necessário à sua elaboração. Além disso, é cada vez mais perceptível o apelo que a produção dita "natural" exerce sobre os consumidores, forjando, inclusive, situações específicas de mercado para essas mercadorias. Portanto, as barreiras naturais continuam limitando o desenvolvimento de economias de escala na agricultura, impedindo, assim, uma total subordinação dos processos produtivos ao interesse do capital, e, por isso, operando com base em relações de trabalho não assalariadas. Não é por acaso que uma parcela majoritária da produção agroalimentar dos países capitalistas mais desenvolvidos continua nas mãos dos agricultores familiares.

O terceiro elemento pode ser extraído da teoria social. A tradição marxista sempre privilegiou o enfoque do desenvolvimento agrário como um processo macrosocial e econômico sem considerar a resistência das formas familiares e reconhecer a capacidade de adaptação e interação dessas categorias sociais no sistema dominante. É necessário ajustar esse enfoque no sentido de deslocar seu referencial holístico e nomológico para a compreensão das formas de articulação da agricultura familiar com o ambiente social e econômico em que estiver inserida. Este ambiente é constituído por um conjunto de instituições que fornece estímulos e determina os limites e as possibilidades, exercendo, assim, uma influência decisiva sobre as decisões individuais e familiares. As relações dos agricultores com o ambiente social e econômico podem ocorrer por meio do crédito, do financiamento ou de outra forma de apoio institucional Estado ou ONGs , e também pelo acesso a

mercados de produtos (compra de insumos e venda de mercadorias, relação com a agroindústria etc.), mercado de trabalho (como a possibilidade de obter rendas em atividades não-agrícolas), acesso e informações e inovações produzidas pelo progresso tecnológico. Além disso, o ambiente social e econômico também compreende as expectativas cambiantes e as percepções que as famílias nutrem em relação ao seu futuro e às possibilidades de desenvolvimento do local em que vivem.

Contudo, o elemento central que patrocina a relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre os diferentes aspectos aqui apresentados é a própria natureza familiar das unidades agrícolas, que está assentada nas relações de parentesco e de herança existentes entre seus membros. É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral.

Mesmo que em certos casos as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos como, por exemplo, o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos, entre outros), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho de seus membros permite que determinadas decisões se tornem possíveis, o que muitas vezes um agricultor muito inserido na dinâmica capitalista, contando com a contratação de assalariados, não poderia concretizar ou sofreria fortes restrições. Isso não significa concordar com a idéia de que essa especificidade do caráter familiar seja suficiente para explicar por que algumas unidades conseguem reproduzir-se ou resistir, mesmo em condições adversas.

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar

determinados objetivos. Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar, e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução.

Essa perspectiva permite romper com o usual reducionismo classificatório dos estudos sobre a agricultura familiar, pois nem a categoria trabalho familiar estritamente, nem a contratação ou não de assalariados, nem tampouco as relações com o mercado servem, isoladamente, como critérios para definir a natureza de uma determinada forma social. Nesse sentido, para se entender o significado da pluriatividade em situações onde predomina a agricultura familiar a partir das ferramentas conceituais disponibilizadas pela sociologia crítica, é preciso admitir que determinadas formas sociais se transformam (no sentido de que se superam), se metamorfoseiam e se reproduzem fora do escopo rígido das leis de valorização do capital. Trata-se de aceitar a hipótese de que determinadas formas sociais estabelecem relações com o modo de produção dominante sem que, *a priori*, elas assumam um caráter capitalista. A contratação eventual ou regular de assalariados pelas unidades familiares ou sua inserção em circuitos mercantis, seja pela venda da força de trabalho (via atividades não-agrícolas), seja pela venda de produtos agrícolas, não autoriza a categorização compulsória como capitalistas.

De certo modo, o amplo apoio obtido por essa perspectiva, a partir das indicações de autores ligados à Sociologia da Agricultura, permite dizer que há muitas concordâncias em torno desse aporte, sobretudo no que se refere à identificação do cenário social e econômico em que transcorrem as transformações do capitalismo contemporâneo. Há consenso, por exemplo, no diagnóstico geral acerca da crise do fordismo e da validade de suas explicações sobre as novas formas de regulação social e econômica da estrutura agrária, fortemente marcadas pela consolidação do sistema agroalimentar internacional e pela mercantilização crescente tanto das relações de produção, como das dimensões que Marsden enquadra na esfera do

"consumo não-produtivo", como a paisagem rural, o clima, o ambiente natural etc.

No entanto, em relação às avaliações sobre a pluriatividade e sobre a emergência de novas formas de regulação do trabalho no meio rural, a adesão da perspectiva analítica aqui proposta às idéias defendidas pelos autores da Sociologia da Agricultura é parcial. Embora se aceite que as transformações do mercado de trabalho sejam conseqüências de um padrão pós-fordista em gestação, não se considera que a pluriatividade seja um fenômeno decorrente apenas de processos sociais e econômicos externos às unidades familiares, sem implicar qualquer tipo de (re)ação dos sujeitos afetados. Seria um equívoco afirmar que os agricultores familiares sejam meros coadjuvantes ou simples *bearers of structures* (suportes das estruturas), e que não contribuam, em alguma medida, para a afirmação da pluriatividade.

4 CONCLUSÃO

Não está entre os objetivos deste trabalho o estabelecimento de aspectos conclusivos a respeito do tema. A apresentação de uma revisão da literatura, seguida por uma discussão sobre as melhores possibilidades analíticas e conceituais para o estudo da pluriatividade, não deve ser encarada como receita ou indicações infalíveis. Além disso, o que procurou-se demonstrar é que também no terreno dos estudos rurais e agrários recentes aflora uma discussão interessante sobre o próprio caráter da teoria social. De um lado, os autores parecem hesitar em abrir um diálogo mais franco com perspectivas teóricas e epistemológicas rivais, preferindo implementar o intercâmbio de conceitos e noções. Esse tipo de iniciativa parece interessante, pois indica uma postura de reconhecimento da capacidade heurística que certos conceitos possuem, independentemente das matrizes teóricas a que pertencem. De outro, observa-se a preocupação com os referenciais teóricos em segundo plano. Essas perspectivas, embora muito difundidas na literatura, por opção deliberada do autor foram pouco exploradas neste trabalho.

Assim, quando se realiza um balanço das teorias utilizadas pelos cientistas para estudar temáticas rurais e agrárias, percebe-se que também

estas passam por ajustes e desafios semelhantes aos que afetam a teoria social contemporânea como um todo, a saber, interesses voltados ao diálogo multi e interdisciplinar, de um lado, e a tendência à fragmentação e ao pluralismo, de outro. Nesse caso, caberia especular sobre a opção que poderá vir a se tornar hegemônica no contexto das ciências sociais brasileiras, exercício que foge aos propósitos e mesmo à competência deste trabalho.

Em relação ao debate sobre a agricultura familiar, resta acrescentar que as sugestões de conceitos e de enfoques apresentadas não se prendem às unidades agrícolas. Ou seja, quando se propõe estudar as formas familiares de organização do trabalho e da produção não se está imaginando que elas estejam restritas ao setor agrícola e ao espaço rural, pois existem várias outras atividades em que se pode observar essa configuração. O mesmo pode ser afirmado em relação à pluriatividade, que se apresenta como um fenômeno social relativamente novo e desconhecido no espaço rural, embora suas características há muito estejam presentes nas diversas formas de trabalho (precário ou não) exercidas no âmbito urbano-industrial, pois, em essência, trata-se da combinação de mais de uma atividade ocupacional por pessoas que pertencem a uma mesma família. Curiosamente, as famílias urbanas nunca foram chamadas de pluriativas pelo fato de haver em sua unidade domiciliar pessoas com múltiplas inserções profissionais. Nesse sentido, o debate sobre a pluriatividade ganha uma nova frente de discussão, que leva à reflexão sobre o processo de homogeneização social, econômica, cultural e simbólica das famílias rurais e urbanas ou das famílias em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Edgard; MOURA FILHO, Jovino A. de. Unidades de produção agrícola e administração rural. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 14, n. 157, p.25-29, 1997.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90. **Caderno do CEAS**, Salvador, v. 167, p. 21-31, jan./fev. 1997.

ALVES, Eliseu. **Getting beyond the "National Institute Model" for agricultural research in Latin America**. Case Study One. Agricultural research in Brazil. s.l. The World Bank, March 31, 1992.

BINSWANGER, Hans et al. **O Mito da Superioridade da Grande Propriedade Agrícola**. Brasília : PNUD-MA, 1997.

CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 45 n. 1, p. 1-15, 1998.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; AGUIAR, Ana Rosa Camillo. Aspectos administrativos da pequena produção familiar. São Paulo: UNICAMP, 1999 (xerox).

CAUME, David José. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 7. ed. São Paulo : Brasiliense, 1990.

EMBRAPA - <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/prog09/index.html>. Acessado em 10.09.2006.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/BRA, ago. 1996.

LAMARCHE, Hughes. (Coord). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução: Ângela M.N. Tijiwa. Campinas : UNICAMP, 1993.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MEGGINSON, Leon C.; MOSLEY, Donald C.; PIETRI JÚNIOR, Paul H. **Administração: conceitos e aplicações**. São Paulo: Harbra, 1996.

NEVES, Delma Pessanha. O Econômico e o Familiar: Interdependências, Potencialidades e Constrangimentos. In: MOTA, Dalva Maria da et al. (Orgs.)

Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade. Coletânea. Aracaju: Embrapa-CPATC, SDR/MA, 1998.

Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, p. 7-25, abr, Rio de Janeiro, 1997

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Pequenos agricultores e reforma agrária, no Brasil:** perspectivas e dilemas numa quadra de mudanças. Brasília: M. M. Oliveira, 1997.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de administração e finanças.** São Paulo: Best Seller, 1996.

SOUZA, Ricardo de et al. (Orgs.) **A administração da fazenda.** 5. ed. São Paulo: Globo, 1995.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **20º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS.** Caxambú, 1996.

ABRAMOVAY, R. (1992), *Paradigmas do capitalismo agrário em questão.* São Paulo, Anpocs/Unicamp/Hucitec.

ANJOS, F. S. (1995), *Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC).* Pelotas, UFPEL.

ANJOS, F. S. (2001) "Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas". *Estudos Sociedade e Agricultura*, 17: 54-81, out., Rio de Janeiro.

ARKLETON TRUST. (1992), *Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale: rapport final du Programme de Recherche sur les Structures et la Pluriactivité des Ménages Agricoles.* Luxembuourg, Comission Européenne.

ASSOCIATION des Ruralistes Français. (1984), *La pluriactivité dans les familles agricoles.* Paris, ARF Éditions.

BARTHEZ, A. (1987), "Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura", in Arklenton Research, *Cambio rural en Europa*, Coloquio de Montpellier, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, pp. 161-179.

_____. (1982), *Famille, travail et agriculture.* Paris, Economica.

BRADLEY, T. (1984), "Segmentation in local labor markets", in T. Bradley e P. Lowe (eds.), *Locality and rurality: economy and society in rural regions*, Norwich, Geo Books, pp. 310-331.

- BRUN, A. & FULLER, A. (1991), *Farm family pluriactivity in Western Europe*. United Kingdom, The Arkleton Research.
- BUTTEL, F. H. & LARSON, O. W. (1982), "Political implications of multiple jobholding in U.S. Agriculture: an exploratory analysis". *Rural Sociology*, 47 (2): 272-294, Kansas.
- BUTTEL, F. H.; LARSON, O. F. & GILLESPIE, G. W. (1990), *The rural sociology of agriculture (under the auspices of the rural sociological society)*. Nova York, Greenwood Press.
- BUTTEL, F. H. & NEWBY, H. (1980), *The rural sociology of advanced societies: critical perspectives*. Londres, Croon Helm.
- CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). (2000), *O novo rural brasileiro*. Jaguariúna (SP), Embrapa Meio Ambiente, 4 vols.
- CARNEIRO, M. J. (1998), *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contracapa.
- _____. (1996a), "Pluriatividade no campo: o caso francês". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11 (32): 89-105, São Paulo, out.
- _____. (1996b), "Pluriactivité agricole: l'hétérogénéité cachée". *Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales*, 38: 7-36, Paris.
- CAVAZZANI, A. & FULLER, A. (1982), "International perspectives on part-time farming: a review". *Geojournal, Grait Briatin*, 6 (4): 383-390.
- CHAYANOV, A. V. (1974), *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- FRIEDMANN, H. (1978a), "Simple commodity production and wage labor in the American plains". *Journal of Peasant Studies*, 6 (1): 71-100, Londres.
- _____. (1978b), "World market, State and family farm: social bases of household production in the era of wage labor". *Comparative Studies in Society and History*, 20 (4): 545-586, Cambridge.
- FULLER, A. M. (1983), "Part-time farming and the farm family: a note for future research". *Sociologia Ruralis*, 23 (1): 5-9, Netherlands.
- _____. (1984), "Part-time farming: the enigmas and the realities", in H. Schwarzweller, *Research in rural sociology and development*, Connecticut, Jai Press.

_____. (1987), "Introducción", in Arkleton Research, *Cambio Rural en Europa*, Coloquio de Montpellier, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.

_____. (1990), "From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe". *Journal of Rural Studies*, 6 (4): 361-373, Londres.

FULLER, A. M. & BRUN, A. (1988), "Social-economic aspects of pluriactivity in Western Europe", in *Rural Change in Europe*, Arkleton Research, second review meeting, Waldkirchen, 18-21 set., pp. 147-167.

GARRIER, G. & HUBSCHER, R. (orgs.). (1988), *Entre faucilles et marteaux*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon/Editions de la Maison des Sciences del l'Homme.

GOODMAN, D.; SORJ, B. & WILKINSON, J. (1990), *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro, Campus.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1999), *O novo rural brasileiro*. Campinas, Unicamp, Instituto de Economia (coleção Pesquisas, 1).

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O. V. & DEL GROSSI, M. E. (1997), "O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário". *São Paulo em Perspectiva*, 11 (2): 50-64, São Paulo.

KAGEYAMA, A. (1998), "Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos". *Economia Aplicada*, 2 (3): 515-551, jul./set. São Paulo.

KAUTSKY, K. (1980), *A questão agrária*. Portugal, Proposta.

LONG, N.; VAN DER PLOEG, J. D.; CURTIN, C. & BOX (1986), *The commoditization debate: labor process, strategy and social network*. Netherlands, Agricultural University of Wagening.

MANN, S. (1990), *Agrarian capitalism in theory and practice*. Chapel Hill/Londres, The University of North Carolina Press.

MARINI, M. & PIERONI, O. (1987), "Relación entre la Familia y el Entorno Social. Tipología de las Familias Agrícolas en una Zona Marginal (Calabria)", in Arkleton Research, *Cambio Rural en Europa*, Coloquio de Montpellier, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, pp. 205-247.

MARSDEN, T. (1989), "Restructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy". *Sociologia Ruralis*, 29 (3/4): 312-317, Netherlands.

_____. (1990), "Towards the political economy of pluriactivity". *Journal of Rural Studies*, 6 (4): 375-382, Londres.

_____. (1991), "Theoretical issues in the continuity of petty commodity production", in S. Wathmore; P. Lowe e T. Marsden (eds.), *Rural enterprise: shifting perspectives on small-scale production*, Londres, David Fulton Publishers.

_____. (1992), "Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring". *Sociologia Ruralis*, 32 (2/3): 209-230, Netherlands.

_____. (1995), "Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces". *Journal of Rural Studies*, 11 (3): 285-296, Londres.

MARSDEN, T.; WHATMORE, S.; MUNTON, R. & LITTLE (1986), "Towards a political economy of capitalist agriculture: a British perspective". *International Journal of Urban and Regional Research*, 4: 498-521.

MARSDEN, T. *et al.* (1987), "Uneven development and the restructuring process in British agriculture: a preliminary exploration". *Journal of Rural Studies*, 3 (4): 297-303, Londres.

MARSDEN, T. & FLYNN, A. (1993), "Servicing the city: contested transitions in rural realm". *Journal of Rural Studies*, 9 (3): 201-204, Londres.

MARSDEN, T.; MUNTON, R. & WARD, N. (1992), "Incorporating social trajectories into uneven agrarian development: farm businesses in upland and lowland Britain". *Sociologia Ruralis*, 32 (4): 408-430, Netherlands.

MUNTON, R. & MARSDEN, T. (1991), "Dualism or diversity in family farming? Patterns of occupancy changes in British agriculture". *Geoforum*, 22 (1): 105-117, Londres.

NEVES, D. (1995), "Agricultura familiar: questões metodológicas". *Revista Reforma Agrária*, 25: 21-37, maio/dez., Campinas.

_____. (1997), "Agricultura familiar e mercado de trabalho". *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 8: 7-25, abr, Rio de Janeiro.

NEWBY, H. (1987), "Presentación: la familia y la explotación agraria", in Arkleton Research, *Cambio rural en Europa*, Coloquio de Montpellier, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, pp. 155-161.

RAUD, C. (1999), *Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense*. Florianópolis, Editora da FURB/Editora da UFSC.

SCHNEIDER, S. (1994), "O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade". *Revista Reforma Agrária*, 24 (3): 106-132, set./dez., Campinas.

_____. (1995), "As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo-parcial". *Ensaio FEE*, 16 (1): 105-119, Porto Alegre.

_____. (1997), "Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura". *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 14 (2): 225-238, Brasília.

_____. (1999a), *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

_____. (1999b), *Agricultura familiar e pluriatividade*. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

VAN DER PLOEG, J. D. (1992), "El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización", in E. S. Guzman (ed.), *Ecología, campesinado y historia*, Espanha, Las Ediciones de la Piqueta.

_____. (1993), "Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands". *Sociologia Ruralis*, 33 (2): 240-260, Netherlands.